

EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA: a proposta implementada pelo SENAI Catalão/GO

Adriana Valéria Pereira¹
drikaufg@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça²
mendoncaufg@gmail.com

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 2000).

Resumo: As mudanças ocorridas na sociedade capitalista nas últimas décadas estão diretamente relacionadas à reestruturação produtiva do capital. O desenvolvimento tecnológico progressivo agiliza e moderniza a reprodução do capital (produção, distribuição, circulação e consumo). Em consequência desse processo, gestado pela introdução de novas tecnologias como a automação, a robótica, a microeletrônica, a biotecnologia e a química fina, ocorre a flexibilização da unidade fabril e a desconcentração da produção, atingindo diretamente a organização e a mobilização dos trabalhadores. Neste contexto, a educação para o trabalho visa resgatar os princípios básicos da formação profissional, e preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva do capital. Educação. Trabalho. Cidadania.

EDUCATION, WORK AND CITIZENSHIP: the proposal implemented by the SENAI Catalão/GO

Abstract: The occurred changes in the capitalist society in the last few decades directly are related the productive reorganization of the capital. Gradual the technological development speeds and modernizes the reproduction of the capital (production, distribution, circulation and consume) provoking significant unfolding space. In consequence of this process, the conduct for the introduction of new technologies as the automation, the robotics, microelectronics, the biotechnology and fine chemistry, directly occurred the suppleness of the unit industrial and the disconcentration of the production, reaching the production of the space, the organization and mobilization of the workers. In this context, the education for the

¹ Geógrafa formada na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Professora da rede pública municipal de Davinópolis/GO.

² Professor Doutor do Curso de Graduação e Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Membro do GETeM – Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/CAC/UFG.

work is stimulated aiming at the professional formation and the preparation of the workers for the new market of work. It is this boarding that we intend to carry through in this article.

Key-words: Productive reorganization of the capital. Education. Work. Citizenship.

Introdução

Este artigo decorre de uma pesquisa realizada para a conclusão do Bacharelado em Geografia³, quando a Banca de Defesa sugeriu que o tema educação para o trabalho e a cidadania, implementadas pelo SENAI em Catalão-GO, fossem desenvolvidos no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de Geografia.

As mudanças no capitalismo provocaram alterações no trabalho, que atingiram tanto a sua materialidade quanto a sua subjetividade. No setor industrial há uma tendência de exigência de trabalhadores qualificados, gerando uma maior intelectualização dos trabalhadores e apontando novas tendências no mercado de trabalho. Por outro lado, a redução do operariado industrial ocasiona uma crescente subproletarização através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial, subcontratado etc, no processo produtivo.

Dessa forma, apresenta-se aqui algumas considerações sobre a reestruturação produtiva do capital e as mudanças no mundo do trabalho, demonstrando que o trabalhador é cada vez mais explorado, e que, na medida que o mundo do trabalho é inundado pelas novas tecnologias, busca-se cada vez mais a produtividade e o lucro.

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) procura saber quais são as tendências do mercado e das indústrias para gerir e formular o perfil do trabalhador que deverá qualificar. Criam-se programas internos de capacitação para que o trabalhador se torne competente e capacitado para desenvolver as habilidades exigidas. Esse trabalhador passa a ter condições não só para realizar determinado trabalho, mas também, para modificá-lo e melhorá-lo quando

³ **A reestruturação produtiva do capital:** as relações entre a empresa Ultrafertil S/A e o Sindicato Metabase – Catalão/GO. 2004. Monografia. (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, Goiás.

necessário. Novos cursos são criados na área técnica, e também nas áreas de supervisão, gerenciamento, programação, direção, técnica em recursos humanos e docência, segurança no trabalho e na oficialização de mais uma linha de atendimento ao mercado da ATT (Assistência Técnica Tecnológica), acompanhando os avanços tecnológicos e as novas demandas do mercado.

Sabe-se que com a reestruturação produtiva do capital impõe-se uma reorganização na vida dos trabalhadores, tendo como objetivo a meta de aumentar a produtividade e o lucro, o que acentua a exploração do trabalhador a partir da flexibilização das ações realizadas no processo produtivo. Nesse sentido, o objetivo do SENAI é capacitar e qualificar o trabalhador através da educação para o trabalho. A relação trabalho-educação é reelaborada face ao processo de reestruturação produtiva, que necessita de uma educação profissional tida como uma educação cidadã. Neste trabalho, pretende-se compreender a proposta de cidadania a partir da educação para o trabalho, através do processo de qualificação e requalificação da mão-de-obra industrial implementada pelo SENAI em Catalão-GO.

A reestruturação produtiva do capital e as mudanças no trabalho

As mudanças no capitalismo a partir das novas formas de gestão do trabalho, acentuadas com o aparecimento do trabalhador flexível, nas grandes empresas verticalizadas, modificou a produção (padronizada em massa), ocasionando, uma certa separação entre elaboração e execução do trabalho.

O sistema capitalista necessitava de um modelo de acumulação e regulamentação social que retomasse e até mesmo impulsionasse a acumulação. Assim, a rigidez fordista, gradualmente, cedeu lugar a um modo mais moderno e flexível de acumulação. A acumulação flexível entra em cena em meados da década (19)70, pautada na reestruturação produtiva que nada mais é do que a adoção de medidas e de estratégias pelo capital para “modernizar” o processo produtivo, garantindo, assim, sua longevidade. Isso significa diminuir custos e aumentar a produtividade, a partir da exploração do trabalho pelo aumento da produtividade do trabalhador. (HARVEY, 1999).

Dessa forma, as mudanças no sistema capitalista se acentuam com a acumulação flexível, colocando na ordem do dia a política da reestruturação produtiva do capital, atendendo às novas exigências do capitalismo, conforme as novas condições da concorrência e a valorização do capital. Assim, a acumulação flexível institui um novo modelo de acumulação e controle social, qual seja, a reestruturação produtiva do capital.

Na produção é possível observar a denominada flexibilidade. Isso significa dizer que as inovações tecnológicas, como a robótica, a química fina, a microeletrônica e as novas técnicas de trabalho se distanciam do sistema de linha de produção, onde o trabalho monótono e repetitivo é característico, passando a exigir *trabalhadores qualificados*, multifuncionais, que apresentam as qualificações necessárias para exercer várias funções no processo produtivo, e até mesmo atividades intelectuais mínimas, condição para a resolução dos problemas mais simples.

Nesse contexto, a maioria das empresas acaba por combinar relações sociais de produção e trabalho fordistas e flexíveis. A produção passa a ser variada e diversificada, pronta para suprir o consumo. A quantidade de estoque é enxugada ao mínimo, o que diminui a porosidade do trabalho com o maior aproveitamento do tempo de produção.

Carvalho (2000) faz algumas considerações acerca das características do modelo toyotista, destacando a flexibilidade:

[...] as mudanças experimentadas pelo toyotismo caracterizam-se pela flexibilidade na produção, pois, neste caso, a produção é controlada pela demanda (*just-in-time e Kanban*), o que requer para seu funcionamento, a polivalência do trabalhador e flexibilização dos direitos trabalhistas. Tais aspectos consubstanciam-se com novas formas de gestão da mão-de-obra que requerem a participação e o envolvimento dos trabalhadores (Círculos de Controle da Qualidade) de forma consensual, diminuindo, desta forma as tensões classistas no processo produtivo. (CARVALHAL, 2000, p. 43).

Essas características, na verdade, expressam o (re)ordenamento estratégico e espacial do capital conformando um novo paradigma, dando novos

coloridos à dinâmica produtiva, porém com a mesma essência, a histórica submissão e exploração do trabalho pelo capital.

Acompanhando os modernos perfis do trabalho, o SENAI, enquanto instituição a serviço do capital amparado pelo Estado, na sua função de (re)qualificar mão-de-obra para o mercado, experimentou diversas mudanças. Além do treinamento técnico no processo produtivo, dispõe de novos mecanismos, visando uma educação para o trabalho, ou seja, os alunos da instituição convivem com a disciplina e recebem instruções de como se relacionar no ambiente de trabalho e, por extensão, na comunidade circundante.

Percebe-se uma nova época histórica, em que o capitalismo se transforma, evidenciando um redimensionamento econômico, redefinindo as políticas territoriais, de enfrentamento das classes sociais, entre outras, tendo por base uma arrasadora reestruturação espacial, com o objetivo de administrar a tendência global de queda na taxa de lucro no sistema social contemporâneo. Harvey (1999) trata com profundidade e coerência teórica a tese sobre a acumulação flexível:

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1999, p. 140).

Essas medidas estratégicas do capital possuem como meta o aumento da produtividade e do lucro, acentuando a exploração do trabalho. O mundo do trabalho é modificado, apresentando as conseqüências maléficas da acumulação flexível. A acumulação flexível implica níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução das habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical.

Sabe-se que a *classe-que-vive-do-trabalho*⁴, mais recentemente *classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho* enfrenta diversos problemas, desde sua legitimada exploração através do contrato de trabalho, as diversas conseqüências do incremento progressivo da tecnologia nas modernas indústrias. Deve-se levar em consideração as conseqüências que o processo de modernização da produção promove no mundo do trabalho.

A relação entre capital e trabalho, de acordo com Carvalho (2000), sendo própria do capitalismo, efetiva-se na sujeição do trabalho à esfera do capital. A exploração e a dominação da grande massa de trabalhadores devem ser destacadas como uma das principais medidas do capital, para que a ordem social estabelecida não entre em caos e possa se reproduzir como sistema hegemônico. Sendo assim, o trabalho abstrato (assalariado) legitima a exploração da classe trabalhadora, a partir do contrato assalariado, colocando, tanto o empregado como o empregador, ironicamente, como *iguais*.

Dessa forma, a reestruturação produtiva do capital cria estratégias que passam a ser adotadas pelo SENAI, ampliando o leque de profissionais capacitados, ao induzir a sociedade a investir nos programas de qualificação e requalificação para desempenhar as novas funções exigidas para atender a demanda do mercado de trabalho.

O capital insere-se na vida do trabalhador, criando uma sensação de estar valorizando a sua qualificação e requalificação, enquanto sujeito importante para o mercado. Mas a verdade é que são exigências, feitas pelo sistema capitalista ao sujeito, para sua própria sustentação. Dessa forma, a Escola SENAI contribui para o crescimento industrial e do setor de serviços da cidade, mas também proporciona uma maior exploração do trabalhador através da requalificação e intelectualização do processo de trabalho.

Nesse sentido, a educação para o trabalho passa a ser o elemento central dos capitalistas, uma vez que possibilita maior qualificação profissional. O SENAI vai educar o trabalhador de acordo com as necessidades capitalistas, transformando a

⁴ Ver maiores informações em Antunes (1999).

educação em mercadoria, e, conseqüentemente, uma cidadania construída a partir das relações capitalistas.

O SENAI assume a centralidade do processo de formação para o trabalho, de (re)qualificação da força de trabalho com o intuito de atender as novas exigências do processo produtivo. De certa forma a formulação de ações programáticas, mas efetivamente, a partir de uma linguagem, passa a deter o passaporte para empregabilidade, cuidando para que a *contradição viva*, mais uma vez, escape da produção e seja percebida como um problema do indivíduo. Os discursos ancorados nas ações assistencialistas e pontuais do Estado e nas políticas públicas, quase sempre, ineficazes o testemunho de que a qualificação se tornou o *problema* do século XXI.

Nesse sentido, a qualificação profissional assume sentidos diferentes: primeiro, enquanto preparação dos trabalhadores para as novas habilidades; segundo, como discurso feito pelos empresários de que o Estado precisa assegurar a qualificação dos trabalhadores, reduzindo custos para o capital e socializando-os com a sociedade. Thomaz Junior (2000) critica duramente essa compreensão, conforme demonstra a argumentação a seguir.

[...] ao se esperar da (re)qualificação do trabalho por si só, o selo de garantia, não só para a revalorização da competência e da habilidade, mas principalmente o passaporte para a empregabilidade, não se está considerando o processo social circundante. (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p. 09).

A qualificação profissional na sociedade capitalista impulsiona a superexploração do trabalhador. Para aumentar a produtividade, sem redução na jornada de trabalho, algumas medidas são importantes, destacando-se a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, na busca de novas formas de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital assegura a educação para o trabalho que assume uma perspectiva transformadora para os trabalhadores, secundarizando, inclusive, o processo de educar que pressupõe uma formação permanente e complexa, em troca de treinamentos que adestram os trabalhadores conforme as necessidades do processo produtivo, desumanizando o ato de educar.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores, deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho, trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p. 10).

A reestruturação produtiva do capital elabora estratégias, com a finalidade de melhorar a qualificação da mão-de-obra, elevando a produtividade do trabalho e criando um mercado com significativo número de trabalhadores qualificados desempregados. A demanda dos trabalhadores por emprego força os salários para baixo.

O processo educacional do SENAI pretende atender os anseios dos trabalhadores, conforme as novas necessidades mercadológicas, acreditando propiciar melhorias na qualidade de vida desses sujeitos sociais, oferecendo-lhes oportunidades para seu desenvolvimento profissional, visando a inserção no mercado de trabalho cada vez mais exigente e atual. Todavia, ver-se-á adiante que essa proposta política e pedagógica, aos poucos, vai ficando pelo caminho.

A educação para o trabalho

A educação profissional é uma estratégia criada para atender a preparação para a vida produtiva que é orientada, na atualidade, pela reestruturação produtiva do capital. As mudanças na estrutura das empresas acarretam demandas por qualificação e aprimoramento profissional dos trabalhadores já existentes e novas exigências para futuras contratações. Isso ocorre, paralelamente, ao tempo em que as empresas estão sendo “arrumadas” para a implantação das ISOs (International Organization for Standard), como uma política do capital, exigindo sempre maior qualificação dos trabalhadores.

A educação profissional tem como objetivo formar mão-de-obra qualificada, no espaço criado pelos interesses das empresas, que buscam parcerias no sentido de qualificar seus quadros para tornarem-se competitivos e eficientes do ponto de vista da produção. Para tanto, o SENAI atua diretamente na formação de profissionais qualificados em diversas modalidades.

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho são conseqüências da (re)produção do sistema capitalista, que de acordo com Harvey (1999), sofreu uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política.

Portanto,

[...] uma materialização do regime de acumulação etc., que garantam a unidade de processos, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de regulamentação. (HARVEY, 1999, p. 117).

Essas estratégias vão alterar substancialmente o perfil do trabalhador e a forma organizacional do SENAI. Contudo, até o final da década 1970, o SENAI preparava alunos para o sistema fordista de produção, uma vez que a indústria brasileira, bem como o processo de trabalho, ainda utilizavam o fordismo como “único” modelo de produção industrial.

Segundo Harvey (1999), as características principais desse modo de regulamentação, tais como produção e consumo em massa, fragmentação do processo de trabalho, em partes componentes com rigorosos padrões de tempo e estudo de movimento, hierarquização do trabalho, produção em linha de montagem, rigidez na contratação do trabalhador e da produção, predominavam nas relações sociais e na (re)qualificação do trabalhador.

O SENAI, paulatinamente se adequa às exigências colocadas pela reestruturação produtiva do capital, implementando investimentos na educação para o trabalho associados às novas necessidades (gestão, operacionalização) colocadas pelas inovações tecnológicas. A meta é inovar, flexibilizar e sintonizar a educação profissional com ambientes de trabalho cada vez mais permeados pela tecnologia e pela informação, a fim de buscar um perfil de trabalhador ideal, que atenda às inovações provocadas pela acumulação flexível.

Isso significa dizer um trabalhador que tenha conhecimento básico técnico e de gestão, planejando, implementando e avaliando as atividades por ele realizadas. O trabalhador tem que ser competente para realizar mais que uma simples operação, um trabalhador polivalente, desaparecendo o “[...] trabalho

repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor de controle de qualidade”. Antunes (1999, p.29).

Conforme Mendonça (2004), a fragmentação do trabalho constrói um trabalhador que não se considera como parte intrínseca do universo do trabalho e, assim, perde a possibilidade da compreensão de uma ação política transformadora. Para negar o capitalismo e suas formas perversas de dominação e exploração é necessário enxergar-se na dimensão concreta da produção, para se libertar, coletivamente, das teias impostas pelo controle social do capital.

A cidadania proposta pelo SENAI a partir da educação para o trabalho

A cidadania que o SENAI se orgulha em oferecer é uma cidadania direcionada ao mundo do trabalho, ligada intimamente à profissionalização, tanto que,

[...] a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim os três parâmetros no interior dos quais passa a definir a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. (SILVA, 1999, p. 25)

Cidadão, para o SENAI e, de certa forma para a sociedade, é aquele que está inserido no processo produtivo, que sabe do seu papel no processo de trabalho, dos seus deveres e obrigações. No entanto, o cidadão que participa das decisões das empresas, do processo produtivo, que tenha os direitos trabalhistas assegurados (que todos tenham um trabalho), que tenha direito a uma vida digna, sem repressão, que conheça a sociedade na qual se insere, um cidadão emancipado, passa muito longe do perfil do cidadão e do trabalhador qualificado pelo SENAI.

Conforme Carvalho (2000) a cidadania proposta pelo SENAI é a naturalização do próprio conceito, apontando para uma situação de convivência e não de consciência social, o que causa uma maior alienação do trabalhador, na medida

em que não tem a plena consciência do que é ser um cidadão, dos direitos e do papel da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Às vezes, chega a acreditar que todos os seus direitos de cidadão estão sendo respeitados, uma vez que tal conceito fica restrito ao pagamento em dia do seu salário.

A cidadania para o mercado é uma estratégia criada pelo sistema capitalista, voltada para uma situação de aceitação e, não, de consciência dos seus direitos e deveres. Criam-se situações onde o trabalhador torna-se cada vez mais qualificado, e alienado, na medida em que não tem consciência do seu papel de classe trabalhadora na sociedade capitalista.

Sabe-se que com a reestruturação produtiva do capital, as empresas buscam competitividade, alterando o paradigma técnico-científico que as obriga a (re)organizar o trabalho de forma a alcançar produtividade. Isso implica na reestruturação espacial, assunto a ser discutido com maior profundidade noutra oportunidade.

É nesse sentido que a cidadania para o mercado está direcionada, com o intuito de atender à crescente demanda por trabalhadores cada vez mais qualificados, nas áreas específicas, no processo de produção. Assim, o mercado consumidor, tem exigido novos padrões de desempenho e de qualidade tendo em vista garantir a competitividade dos produtos e das empresas em mercados.

O sistema capitalista coloca os interesses do capital acima dos direitos econômicos, políticos e sociais. A chamada flexibilização das relações de trabalho na sociedade e as inovações tecnológicas, como a robótica, a química fina, a microeletrônica e as novas técnicas de trabalho, passam a exigir um trabalhador altamente qualificado, que apresente qualificações necessárias para exercer várias funções na produção.

O avanço científico e tecnológico e a intensificação do processo de globalização têm produzido uma falsa idéia de uma homogeneidade social cada vez mais intensa. É impraticável uma perspectiva de cidadania que conceda direitos somente a um grupo, considerado especial, excluindo os demais. Assim, a cidadania para o mercado implementa a necessidade de direitos ao consumo de produtos,

mesmo que a existência desses produtos signifique o cerceamento de direitos de outras pessoas.

Crê-se numa perspectiva de cidadania que dê concretude aos direitos das pessoas e promova sua inserção na sociedade. Os conhecimentos adquiridos devem se constituir num instrumento que permita às pessoas exercerem sua cidadania. A cidadania implica na construção de ações emancipatórias, onde as pessoas possam exercer a cidadania em plenitude.

Considerações finais

A partir das reflexões efetuadas no decorrer deste ensaio tornou-se possível apontar algumas considerações acerca das transformações no mundo do trabalho, decorrentes das mudanças do capital nas últimas décadas, e que influenciaram diretamente na educação para o trabalho.

A partir das modernas técnicas de gestão do trabalho (gestão participativa) decorrentes das relações tecnológicas e que marcaram o período da acumulação flexível, é possível visualizar e avaliar uma sociedade do trabalho extremamente excludente. Cria-se um grupo de trabalhadores estáveis, super-qualificados e com salários razoáveis, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego estrutural e os postos de trabalho informais, instáveis e subcontratados. Portanto, o desenvolvimento da ciência, utilizada de forma individual e concentradora, ao invés de melhorar as condições de vida do trabalhador, contribui para sua decadência, sua exploração.

Dessa forma, a educação para o trabalho passa a ser o elemento central dos capitalistas, uma vez que possibilita maior qualificação profissional. O SENAI é uma instituição centrada no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades capitalistas, e transforma a educação em mercadoria, pois através dela obtém lucro, bem como uma cidadania construída a partir das relações capitalistas.

A Educação deveria ser compreendida como um processo onde os homens possam desenvolver seu conhecimento crítico. Tanto a educação formal como a não formal são indispensáveis para a construção de uma consciência que

seja coerente com um desenvolvimento que considere a participação de todos os segmentos sociais na produção social do espaço e, portanto, da produção e na distribuição das riquezas produzidas socialmente.

Percebe-se através da pesquisa que o SENAI é um dos *locus* que viabiliza a ideologização do trabalho, adequando o trabalhador ao mercado, ou seja, contribuindo para a fragmentação e sujeição do trabalho à esfera do capital. Observa-se que a reestruturação produtiva do capital impõe suas estratégias para a educação para o trabalho, que não tem como prioridade atender as necessidades dos trabalhadores frente aos interesses das empresas. Essas estratégias fazem com que o SENAI se organize, na busca de novos cursos com o objetivo de contribuir com as demandas das empresas.

O SENAI tem papel importante nesse processo de exploração do trabalho e, o que é pior, reveste-se de um caráter humanista, colocando-se como entidade que presta serviços sociais para o trabalhador. Nesse sentido, o SENAI, que é mantido financeiramente pela contribuição das empresas referente a 1% da folha de pagamento dos trabalhadores, além de fazer exame para seleção e também cobrar taxas dos alunos para ter acesso aos cursos de qualificação, detém o único e exclusivo papel de qualificar e requalificar a mão-de-obra para o perverso mercado de trabalho capitalista.

Assim, deve apresentar uma proposta pedagógica que é o elemento central de todas as suas ações educativas, desenvolvidas em ambientes pedagógicos propícios a educação profissional, como oficinas, salas de aulas, auditório, ensaio-mecânico etc., para qualificação, aperfeiçoamento e, em nível técnico, habilitação profissional. O objetivo é estruturar uma educação diversificada, para pessoas que buscam a inserção no mercado de trabalho, para atender as necessidades das empresas, mas também dos homens e mulheres que desejam condições dignas de sobrevivência.

Nesse contexto, a cidadania proposta pelo SENAI é uma cidadania direcionada para o mundo do trabalhador assalariado, ligada intimamente a profissionalização. Cidadão, para o SENAI, é aquele que está inserido e/ou possui condições (habilidades) de se inserir no processo produtivo, que sabe do seu papel

no processo de trabalho, dos seus deveres e obrigações. Assim, a idéia de educação e cidadania defendida pelo SENAI exerce um papel relevante no processo de qualificação e (re)qualificação do trabalho, na verdade, contribui para a regulação do mercado capitalista. Portanto, não contribui para que o aluno do SENAI desenvolva sua capacidade de observação, de reflexão, de crítica e de escolha, para que participe de fato da vida política em diferentes níveis da sociedade.

Ter cidadania é construir direito social para as pessoas inseridas em diversas instâncias da sociedade, na escola, na família, no trabalho, na comunidade, na igreja, nos movimentos sociais, na política e no conjunto da sociedade. Ser cidadão é dar possibilidades ao indivíduo de ser capaz de conhecer o mundo, a sua situação nesse mundo, compreendendo seus direitos para reivindicá-los. O ideal é integrar o cidadão no mundo, proporcionar-lhe informações que o formem e não, apenas, informem, para que ele rompa as amarras da alienação e deixe de ser um não-cidadão, mas, sim, um cidadão crítico. Para tanto é preciso uma educação comprometida com a sociedade como um todo e não apenas que satisfaça os anseios de lucro de uma pequena parcela. Para se ter essa sociedade justa precisa-se de uma educação-cidadã, que forme cidadãos plenos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- BRASIL. **Educação na Constituição de 1988**. MEC/DF, 1995.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Seção 1. (Página 27839).
- CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elemento para uma leitura geográfica**. 2000. 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP, 2000.

- CARVALHO, C. de P. F. de. **A educação cidadã na missão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.
- CASTRO, J. A. **Sociedade, cidadania e geografia**. *Anais do VII EREGEO*, set. 2001.
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1998.
- CHAVEIRO, E. F. **O ensino de Geografia e o desenvolvimento do pensar geográfico**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas-SP: Autores Associados, 1995.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2002.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 459f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- PLANO de Ação 2003-2004. **Educação profissional serviços e planejamento**. Goiânia, 2005.
- RECUES. **Regimento comum das unidades escolares do SENAI-GO**. Resolução CEE nº 124 de 16 de junho de 2000 e Organização Didática dos Centros de Educação Tecnológica do SENAI/GO.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas-SP: Cortez/Autores Associados, 1999.
- SILVA, M. M. C. da. **Educação profissional como fator de desenvolvimento**. Monografia. 2003. (Especialização em Alfabetização). Departamento de Pedagogia, Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás. Catalão-GO.
- SILVA, U. E. M. da. **O SENAI**. Brasília: SENAI, 1999.
- SOUZA, D. B. **Complexificação e simplificação do trabalho em face do processo de reestruturação produtiva na indústria brasileira: formação ou educação para o trabalho?** (Colóquio Internacional de Geocrítica). Barcelona, 2002.
- STACCIARINI, J. H. R. **Pluralidade, publicização e multiplicação do fazer político: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992/1997)**. 2002. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.
- THOMAZ JÚNIOR, A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Santa Cruz do Rio Pardo/SP: Editora Viena, 2007.

_____. **Qualificação do trabalho:** adestramento ou liberdade. Barcelona, v. 1, n.º 1. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/thomazzr.htm>. Acesso realizado em junho de 2003.

_____. **Reestruturação produtiva do capital e qualificação do trabalho:** os desafios para o movimento sindical na viragem do século XXI. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2000.

VALÉRIA, A. A. **A reestruturação produtiva do capital:** as relações entre a empresa Ultrafertil S/A e o Sindicato Metabase – Catalão/GO. 2004. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, Goiás.

Recebido para publicação em março de 2008

Aceito para publicação em junho de 2008